



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003103-79.2014.8.17.0000 (0331374-4)

COMARCA: RECIFE

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: CELSO XAVIER DE ALENCAR

PACIENTE: JOSENILDO JOSÉ DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA
(Convocada)

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CRIME TENTADO. ALEGAÇÃO DE DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E VIOLENTA EMOÇÃO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELETO. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA. ÉDITO CONSTRITIVO FUNDADO NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. ALEGAÇÃO DE DESFUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. EXCESSO DE PRAZO NÃO EVIDENCIADO. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

1. O paciente fora denunciado como incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB, c/c art. 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06, encontrando-se preso por força de preventiva desde 21/01/2014.
2. Tese levantada no sentido de ter agido o réu com violenta emoção, ou que o crime não se consumou em razão de sua desistência voluntária, não são possíveis de serem apreciadas na via estreita do *Habeas Corpus*, haja vista, demandar profunda incursão na seara probatória.
3. O magistrado de primeiro grau ao proferir sua decisão atentou para a necessidade de garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, haja vista, o *modus operandi* do crime e o histórico preexistente de violência doméstica em relação à vítima revelar a necessidade de segregação do acusado.
4. A concessão da ordem de *Habeas Corpus* em razão de excesso de prazo é medida revestida de total excepcionalidade, somente autorizada quando constatada a existência de medidas protelatórias suscitadas pela acusação, ou diante da inércia do juízo *a quo* incumbido do processamento do feito, o que não se verifica no presente caso.
5. As condições pessoais favoráveis das quais seriam possuidores os pacientes não autorizam, de *per si*, a concessão da liberdade pleiteada.
6. Ordem denegada à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do *habeas corpus* nº 0003103-79.2014.8.17.0000 (0331374-4), em que são partes as acima nominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, nos termos do voto do Desembargador Relator.

Recife, 01 de julho de 2014.

27

Des. Gustavo Augusto Lima

Relator



QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003103-79.2014.8.17.0000 (0331374-4)

COMARCA: RECIFE

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: CELSO XAVIER DE ALENCAR

PACIENTE: JOSENILDO JOSÉ DA SILVA

**PROCURADORA DE JUSTIÇA: CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA
(Convocada)**

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado pelo advogado Celso Xavier de Alencar, em favor de **JOSENILDO JOSE DA SILVA**, sendo apontado como autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife/PE.

Consta nos autos que, no dia 22/12/2013, valendo-se de uma faca de mesa tipo serra, o acusado atentou contra a vida de sua ex-companheira Edivânia das Chagas Martins, não consumando o homicídio em razão de circunstâncias alheias à sua vontade.

Conforme a peça acusatória, a vítima, mãe de três filhos do acusado, passou a ser destratada pelo paciente em razão deste acreditar que estava sendo traído, chegando a vítima a procurar a Delegacia da Mulher a fim de prestar uma notícia crime contra o marido. Posteriormente, diante da negativa de sua ex-companheira em reatar o relacionamento desferiu o acusado, vários golpes de faca na mesma.

Por tal conduta, o paciente foi denunciado como incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB, c/c art. 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06 e encontra-se preso por força de preventiva desde 21/01/2014.

Nas razões do presente remédio heroico, o impetrante sustenta que o homicídio não se consumou em razão da desistência voluntária do paciente, bem como assevera que não estão presentes os pressupostos para a decretação da prisão preventiva.

Ademais, afirma que existe um excesso de prazo para a formação da culpa, bem como que o acusado é detentor de condições pessoais amplamente favoráveis a concessão da liberdade provisória.

Por tais razões, pugnam pela concessão da ordem, de modo que cesse o constrangimento ilegal a que estaria sendo submetido o acusado, expedindo-se o competente alvará de soltura.

Documentos juntados às fls. 15/49.

Concessão da liminar foi indeferida às fls. 55/57.

A autoridade indigitada coatora prestou as informações solicitadas às fls. 64.

A douta Procuradoria de Justiça, por intermédio de parecer lançado aos autos nas fls. 68/71, opinou pela denegação da ordem.

80

É O RELATÓRIO.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

QUARTA CÂMARA CRIMINAL

PROCESSO Nº 0003103-79.2014.8.17.0000 (0331374-4)

COMARCA: RECIFE

HABEAS CORPUS

IMPETRANTE: CELSO XAVIER DE ALENCAR

PACIENTE: JOSENILDO JOSÉ DA SILVA

PROCURADORA DE JUSTIÇA: CRISTIANE MARIA CAITANO DA SILVA
(Convocada)

RELATOR: DES. GUSTAVO AUGUSTO LIMA

VOTO

Sr. Des. Presidente

Sr. Desembargador

Sr. Procurador de Justiça

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido de concessão de liminar, impetrado em favor de JOSENILDO JOSÉ DA SILVA, sendo apontado como

autoridade coatora o Exmo. Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca do Recife/PE.

Consoante o relatado no dia 22/12/2013, valendo-se de uma faca o acusado atentou contra a vida de sua ex-companheira não consumando o homicídio em razão de circunstâncias alheias à sua vontade, restando o paciente denunciado como incurso nas penas do art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, ambos do CPB, c/c art. 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06, encontrando-se preso por força de preventiva desde 21/01/2014.

Nas razões do presente *writ*, o impetrante sustenta, em síntese, a ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP para a custódia cautelar do paciente, asseverando que o decreto preventivo carece de fundamentação idônea para tanto, asseverando, ainda, que o homicídio não se consumou em razão da desistência voluntária do paciente.

Além disso, afirma que existe um excesso de prazo na persecução criminal, bem como que o acusado é detentor de condições pessoais amplamente favoráveis a concessão da liberdade provisória.

Por tais razões, pugna pela concessão da ordem, de modo que cesse o suposto constrangimento ilegal suportado pelo paciente, expedindo-se o alvará de soltura.

Tenho, porém, que não merece acolhida o pedido do impetrante.

Pois bem, de início, é de se destacar que tese levantada pelo impetrante no sentido de ter agido o réu com violenta emoção, ou que o crime não se consumou em razão de sua desistência voluntária, não são possíveis de serem apreciadas na via estreita do *Habeas Corpus*, haja vista, demandar profunda incursão na seara probatória.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO QUALIFICADO TENTADO. RES FURTIVA QUE NÃO SE REVELA ÍNFIMA. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. UM DOS PACIENTES COM PÉSSIMOS ANTECEDENTES. PLEITO DE RECONHECIMENTO DE DESISTÊNCIA

VOLUNTÁRIA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. FRAÇÃO DE REDUÇÃO PELA TENTATIVA. PROXIMIDADE DA CONSUMAÇÃO. CRITÉRIO OBJETIVO. OBSERVÂNCIA. REVISÃO. NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA IMPRÓPRIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS DENEGADA.

1. A conduta perpetrada pelos Pacientes - em concurso de agentes, mediante escalada e com rompimento de obstáculo, tentaram furtar trinta metros de fios de cobre da empresa Telefônica S. A., avaliados, à época, em R\$ 180,00 -, muito embora não expresse intensa agressão ao patrimônio da vítima, até porque não lograram êxito na empreitada criminosa, não pode ser considerada irrelevante para o direito penal. *Precedente.*

2. A apreciação da tese relativa à desistência voluntária demandaria aprofundada incursão na seara fático-probatória dos autos, o que, como é sabido, não é possível na exígua via do habeas corpus. *Precedente.*

3. De acordo com o critério objetivo consagrado pelo Superior Tribunal de Justiça, no crime tentado, a aferição do quantum de pena a ser reduzido não decorre da culpabilidade do agente, mas, sim, da maior ou menor proximidade da conduta ao resultado almejado.

4. Para se modificar o entendimento acerca da maior ou menor proximidade do cometimento do crime, adotado na instância ordinária, far-se-ia necessário proceder a exame minucioso do conjunto fático-probatório dos autos, providência incompatível com a via do habeas corpus. *Precedente.*

5. Ordem de habeas corpus denegada.

(HC 227.733/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 19/11/2013, DJe 02/12/2013)

Ato contínuo, também não prospera a alegação do impetrante quanto a ausência dos pressupostos e fundamentos para a decretação da custódia preventiva do ora paciente.

Isso porque, nota-se que o magistrado de primeiro grau ao proferir sua decisão de fls. 47/48, atentou para a necessidade de garantia da ordem pública e a conveniência da instrução criminal, haja vista, o *modus operandi* do crime (fl. 33) e o histórico preexistente de violência doméstica em relação à vítima revelar a necessidade de segregação do acusado.

Por oportuno veja-se:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. MANUTENÇÃO DA CONSTRIÇÃO CAUTELAR PELA SENTENÇA DE PRONÚNCIA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS DA PRISÃO (ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE DEMONSTRADA PELO MODUS OPERANDI DO DELITO.

PERICULOSIDADE CONCRETA DO ACUSADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA QUE RECOMENDA A MEDIDA CONSTRITIVA. TESE DE AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO CRIME. VIA ELEITA INADEQUADA. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO DESPROVIDO.

1. Consoante entendimento pacificado nesta Corte Superior, caso persistam os mesmos motivos que ensejaram a prisão cautelar, desnecessário se torna proceder à nova fundamentação quando da prolação da sentença de pronúncia, quando os já existentes são aptos para justificar a manutenção da medida constritiva.
2. A prisão preventiva, mantida na pronúncia, foi suficientemente fundamentada pelas instâncias ordinárias, em face das circunstâncias do caso, que retratam in concreto, a periculosidade do Recorrente, evidenciada pelo *modus operandi* do delito, porque teria, inconformado com o término de relacionamento amoroso, proferido ameaças à vítima e a atropelado "quando esta saía de seu local de trabalho, evadindo-se do local sem prestar-lhe socorro".
3. Vislumbrada pelas instâncias ordinárias a existência de prova suficiente para instaurar a ação penal e pronunciar o Recorrente, reconhecer que os indícios de materialidade e autoria do crime são insuficientes para justificar a custódia cautelar implicaria afastar o substrato fático em que se ampara a acusação, o que, como é sabido, não é possível na estreita e célere via do *habeas corpus*.
4. Inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta do delito demonstra serem insuficientes para acautelar a ordem pública.
5. Recurso ordinário em *habeas corpus* desprovido.

(RHC 46.324/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 21/05/2014)

Com efeito, como bem disse a douta Procuradoria de Justiça, constata-se no presente caso ao menos dois dos fundamentos da prisão preventiva, qual seja, a garantia da ordem pública - prevenindo a prática de outros delitos, inclusive, contra a própria vítima, o que no caso em espécie não é incomum de acontecer - e a conveniência da instrução criminal, haja vista, a liberdade do ora paciente, detentor de um histórico maculado por violência, prejudicar as declarações da vítima em plenário do Júri.

No mais, em relação a insurgência do impetrante quanto ao andamento do feito, não verifico nos autos situação que configure o alegado constrangimento ilegal em razão de excesso de prazo para a instrução e julgamento do processo crime, porquanto, conforme as informações prestadas pela autoridade indigitada coatora de fl. 64, o feito encontra-se em regular tramitação, tendo sido nomeado Defensor Público para a defesa do paciente em 22/04/2014, em virtude de requerimento do próprio acusado, bem como por ainda não ter sido apresentado

resposta à acusação por meio de advogado constituído, inexistindo, assim, qualquer desídia do juízo *a quo*.

Por derradeiro, quanto à alegação do impetrante no sentido de que o paciente é possuidor de condições pessoais favoráveis a sua soltura, sabe-se que tais atributos não autorizam, categoricamente, a concessão da liberdade provisória. Neste sentido já se posicionou o STJ:

RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PLEITO PELA REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS AUTORIZADORAS PRESENTES. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRECEDENTES.

1. A necessidade da segregação cautelar se encontra fundamentada na participação do paciente no tráfico de entorpecentes, diante da quantidade de drogas apreendida (138 g de cocaína), o que evidencia a dedicação ao delito da espécie, alicerce suficiente para a motivação da garantia da ordem pública.

2. O Superior Tribunal de Justiça, em orientação uníssona, entende que persistindo os requisitos autorizadores da segregação cautelar (art. 312, CPP), é despiciendo o recorrente possuir condições pessoais favoráveis.

3. Recurso em habeas corpus a que se nega provimento.

(STJ - RHC 39738 / MS RECURSO ORDINARIO EM HABEAS CORPUS 2013/0248676-7; Relator(a) Ministro MOURA RIBEIRO; Órgão Julgador - T5 - QUINTA TURMA; Julgamento 10/09/2013; DJe 16/09/2013)

À luz de tais fundamentos, senhores Desembargadores, senhor Procurador de Justiça, em consonância com o pronunciamento ministerial, voto pela denegação da ordem.

É COMO VOTO.

Recife, 01 de julho de 2014.


Des. Gustavo Augusto Lima

Relator